



ASSOCIAÇÃO DIOGO DE AZAMBUJA  
ESCOLA PROFISSIONAL  
MONTEMOR-O-VELHO

# Projeto Educativo

**Triénio 2014-2017**



## Escola Profissional de Montemor-o-Velho

## Nota Prévia

O Presente Projeto Educativo tem como principais objetivos:

- Consagrar a orientação estratégica da escola, definir resultados e metas a atingir e projetar as ações a implementar para o conseguir com sucesso, no quadro da sua autonomia.
- Afirmar a identidade organizacional da escola e expor as linhas de intervenção.

A Assembleia Geral da Associação Diogo de Azambuja, em 8 de Abril de 2015, aprova as disposições contidas neste documento e reafirma que compete a todos os Colaboradores da Escola, a todos os níveis, o cumprimento das determinações que dele constam.

O Presidente da Assembleia Geral da Associação Diogo de Azambuja

\_\_\_\_\_

A Direção da Associação Diogo de Azambuja

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O Diretor Pedagógico da EPM, \_\_\_\_\_

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O PROJETO EDUCATIVO.....</b>	<b>6</b>
<b>Enquadramento Legal .....</b>	<b>6</b>
<b>Linha de Ação .....</b>	<b>8</b>
<b>Perfil e Historial .....</b>	<b>9</b>
<b>Organograma .....</b>	<b>10</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>Características Físicas do Meio.....</b>	<b>12</b>
<b>A População.....</b>	<b>14</b>
<b>A Rede Escolar .....</b>	<b>16</b>
<b>A ESCOLA PROFISSIONAL DE MONTEMOR-O-VELHO .....</b>	<b>17</b>
<b>Tutela.....</b>	<b>18</b>
<b>Oferta Formativa .....</b>	<b>18</b>
<b>Cursos aprovados .....</b>	<b>20</b>
<b>Indicadores de Desempenho .....</b>	<b>21</b>
<b>Desenvolvimento Curricular .....</b>	<b>21</b>
<b>Avaliação.....</b>	<b>22</b>
<b>Apoios aos Formandos .....</b>	<b>23</b>
<b>Relação Escola – Empresas.....</b>	<b>24</b>
<b>Projetos Transversais .....</b>	<b>25</b>
<b>Educação para o Ambiente – Programa Eco-Escolas.....</b>	<b>25</b>
<b>Estruturas de Organização Pedagógica, Técnica e Administrativa.....</b>	<b>25</b>
<b>Coordenadores de Curso e Estruturas de Orientação Educativa.....</b>	<b>26</b>
<b>Docentes .....</b>	<b>26</b>
<b>Avaliação da Escola .....</b>	<b>27</b>
<b>Principais constrangimentos.....</b>	<b>28</b>
<b>IDEÁRIO.....</b>	<b>29</b>
<b>Missão .....</b>	<b>29</b>
<b>Visão.....</b>	<b>29</b>

---

<b>Valores .....</b>	<b>29</b>
<b>Política de Qualidade.....</b>	<b>30</b>
<b>Objetivos Estratégicos .....</b>	<b>31</b>
<b>Objetivos Operacionais.....</b>	<b>33</b>
<b>Estratégia de intervenção .....</b>	<b>34</b>
<b>Metas .....</b>	<b>38</b>
<b>DIVULGAÇÃO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO .....</b>	<b>39</b>
<b>Divulgação .....</b>	<b>39</b>
<b>Acompanhamento e Avaliação do Projeto Educativo .....</b>	<b>40</b>
<b>BIBLIOGRAFIA:.....</b>	<b>41</b>

---

## INTRODUÇÃO

*«Faz parte da essência de uma boa educação desenvolver nos jovens o pensamento crítico independente ... O ensino deve ser de modo a fazer sentir aos alunos que aquilo que se lhes ensina é uma dádiva preciosa e não uma amarga obrigação. A arte mais importante do professor é a de despertar a alegria pelo trabalho e pelo conhecimento.*

*A influência educacional que é exercida sobre o aluno pela realização de um certo trabalho pode ser muito diferente, dependendo do sentimento subjacente a este trabalho. E ninguém pode afirmar que a administração da escola e a atitude dos professores não têm influência no modo como moldam as bases psicológicas dos alunos.*

*Educação é o que fica quando esquecemos tudo o que aprendemos na escola.»*

*Albert Einstein*

Só uma escola que pensa e promove a prática da autorreflexão pode reunir as condições necessárias para a realização de um verdadeiro projeto educativo.

Só uma escola que "põe a pensar" todos os agentes educativos pode reunir os pressupostos indispensáveis, para a criação de um projeto educativo exequível.

Só uma escola que promove uma dinâmica de inovação, num movimento contínuo de adaptações e que não se deixa estagnar em constrangimentos e dificuldades pode, de facto, conceber e executar um projeto educativo, ou seja um *«documento vértice e ponto de referência, orientador de toda a atividade escolar, baseado na participação (...)*» (ALBALA, 1989).

Tendo por base estes pressupostos queremos que este documento seja dinâmico e capaz de assumir-se como um instrumento de reflexão, capaz evidenciar as metas educativas que a escola pretende alcançar.

Neste sentido, o projeto educativo deve ser *«atrativo, benéfico e funcional para a comunidade educativa, distinto de qualquer outro, seletivo em todas as decisões, coerente com os princípios que estabelecer, distribuidor de responsabilidades, flexível no seu desenvolvimento, rendível quanto aos recursos, inovador, atento às realidades locais e às aspirações de cada um, potenciador da melhoria organizacional e do sucesso escolar e educativo e aberto à sociedade»* (ALVES, J. Matias, 1992).

## **O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O PROJETO EDUCATIVO**

A Escola Profissional de Montemor-o-Velho (EPM) adotou uma política e estratégia de atuação, claramente definidas, consistentes com a sua missão de acordo com o contexto de intervenção e os seus destinatários.

### **Enquadramento Legal**

A construção do projeto educativo tem sido, ao longo dos anos, o reflexo da constante evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração da escola, enquanto instrumento estratégico e orientador por excelência da atividade educativa e formativa da Escola.

O Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de Fevereiro define o princípio de que a *“autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.”* O despacho n.º 113/ME/93 de 23 de junho, considera que *“(...) o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projeto educativo permeia a educação, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar.”*

Mais recentemente, o decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril, considera o projeto educativo como *“(...) o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa...”*

O projeto educativo enquanto documento que consubstancia as ideias e intenções da Escola traduz a maneira como olha a comunidade envolvente e a relação que estabelece com os outros agentes educativos na prossecução da sua missão.

Assim, para se construir um projeto educativo exequível é pois necessário proceder à caracterização de elementos referenciais do contexto socioeducativo dos alunos, bem

como da caracterização dos recursos humanos, materiais e equipamentos e do meio em que a Escola se insere.

A Escola Profissional de Montemor-o-Velho elaborou o primeiro Projeto Educativo para os anos letivos de 1990/1991. Seguindo-se dez anos de grande crescimento, caracterizados pela abertura de novos cursos e pelo aumento do número de alunos.

Por via do instituído no Decreto-Lei nº 4/98 de 8 de Janeiro, a 7 de Setembro de 1999 cria-se a uma entidade proprietária para ambas as escolas profissionais de Montemor-o-Velho – a Associação Diogo de Azambuja (ADA). Desde essa data, a Escola Profissional de Montemor-o-Velho e a Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte têm caminhado em paralelo, articulando estratégias de intervenção, partilhando e racionalizando progressivamente recursos materiais e humanos.

No ano letivo 2000/2001 foi apresentado o 1º Plano Estratégico de Desenvolvimento da ADA assente na consolidação e no crescimento das suas escolas profissionais.

Nos anos letivos de 2004/2007, os projetos educativos dos anos transatos foram atualizados de acordo com as necessidades e objetivos aí definidos e foram apresentadas “As Opções Estratégicas Competitivas da ADA”, que integravam a Missão, Visão de Futuro, Opções Estratégicas, Objetivos a Médio e Longo Prazo, Projetos e as Atividades da escola. O esforço estratégico da ADA foi concentrado em 12 objetivos relacionados com a oferta formativa, com a atuação junto à comunidade, com o desenvolvimento das suas competências internas e com a gestão e o desempenho institucional.

Em 2009, face à nova conjuntura socioeducativa, à alteração de política e estratégia de atuação perante novos contextos de intervenção e novos destinatários, é apresentado um Diagnóstico de Situação da ADA, “Responsabilizar para Poder Ganhar...2013” e o Projeto Educativo para 2009/2012, que foi reformulado e atualizado, tendo em conta a Nova Dinâmica Organizacional baseada na renovação da Identidade, Elementos de Funcionamento, Comportamento Organizacional e Resultados que orientaram o funcionamento das Escolas da ADA.

Em 2014 ajusta-se o projeto educativo para o triénio 2014-2017, tendo em consideração as alterações do contexto socioeconómico da escola, em consequência da implementação de políticas de ensino profissional fortemente restritivas para o ensino particular e das novas dinâmicas organizacionais preconizadas no decreto-lei n.º 92/2014 de 20 de Junho, que reconhece a necessidade de melhorar significativamente a qualidade da oferta nos cursos profissionalizantes de nível secundário, através da articulação entre diferentes promotores, numa lógica de racionalização de recursos e de

funcionamento articulado de modo a melhorar a adequação da oferta formativa às qualificações exigidas pelo mercado de trabalho e a aumentar a taxa de empregabilidade dos jovens.

Este normativo consagra ainda que “as escolas profissionais privadas e públicas prestam serviço público de educação e integram a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações”.

Paralelamente e no mesmo sentido, a “Estratégia Europa 2020” consagra a valorização do ensino e da formação profissional, e recomenda a promoção de parcerias entre empresas, operadores de formação, organizações de investigação e parceiros sociais, adequando a oferta e estimulando na procura e a cooperação entre as entidades formadoras e as empresas.

### **Linha de Ação**

A EPM promove na sua atividade diária os princípios do respeito, confiança, reconhecimento, transparência e desenvolvimento sustentável, assegurando medidas ativas e diretas junto da atividade dos seus colaboradores. Promove a ética dos seus profissionais, envolvendo-os em formações específicas para o efeito. Assegura ações corretivas em relação ao comportamento organizacional dos seus recursos humanos, através da intervenção direta da direção da escola.

Os Códigos de Conduta analisam-se pela negativa – servem para regular comportamentos - e o Código de Ética analisa-se pela positiva, valorizando-se os valores (honestidade, respeito, confiança, camaradagem, solidariedade) pelo que se promove através da medição da eficácia dos comportamentos dos recursos humanos.

A melhoria contínua tem sido uma das preocupações da entidade.

Num período marcado pela forte concorrência das escolas secundárias, pela diminuição da população estudantil, pela redução da procura pelos alunos, pelo aumento do número mínimo de alunos por turma, é necessário repensar a estratégia de captação de públicos diversificados, não descurando a cultura identitária que está intimamente associada ao ensino profissional e à própria escola.

### Perfil e Historial

A Escola Profissional de Montemor-o-Velho foi criada em 1989, possui autonomia jurídica e fiscal, sendo autónoma pedagogicamente e independente do ponto de vista financeiro, embora recorra ao financiamento público.

A partilha de promotores e objetivos comuns, com a Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte, sustentou o ensaio de estratégias conjuntas de atuação na perspetiva de otimizar recursos e potenciar resultados.

Neste contexto, e por imposição do Decreto-Lei 4/98 de Janeiro de 1998, ao consagrar a figura de proprietário em substituição da de promotor, que obrigou a alterações substanciais no modelo de relacionamento das entidades promotoras com as escolas profissionais, fundou-se uma única entidade proprietária para as duas escolas profissionais do concelho. A escritura pública de criação da Associação Diogo de Azambuja ocorreu a 7 de Setembro de 1999, constituindo-se como uma associação sem fins lucrativos, por tempo indeterminado.

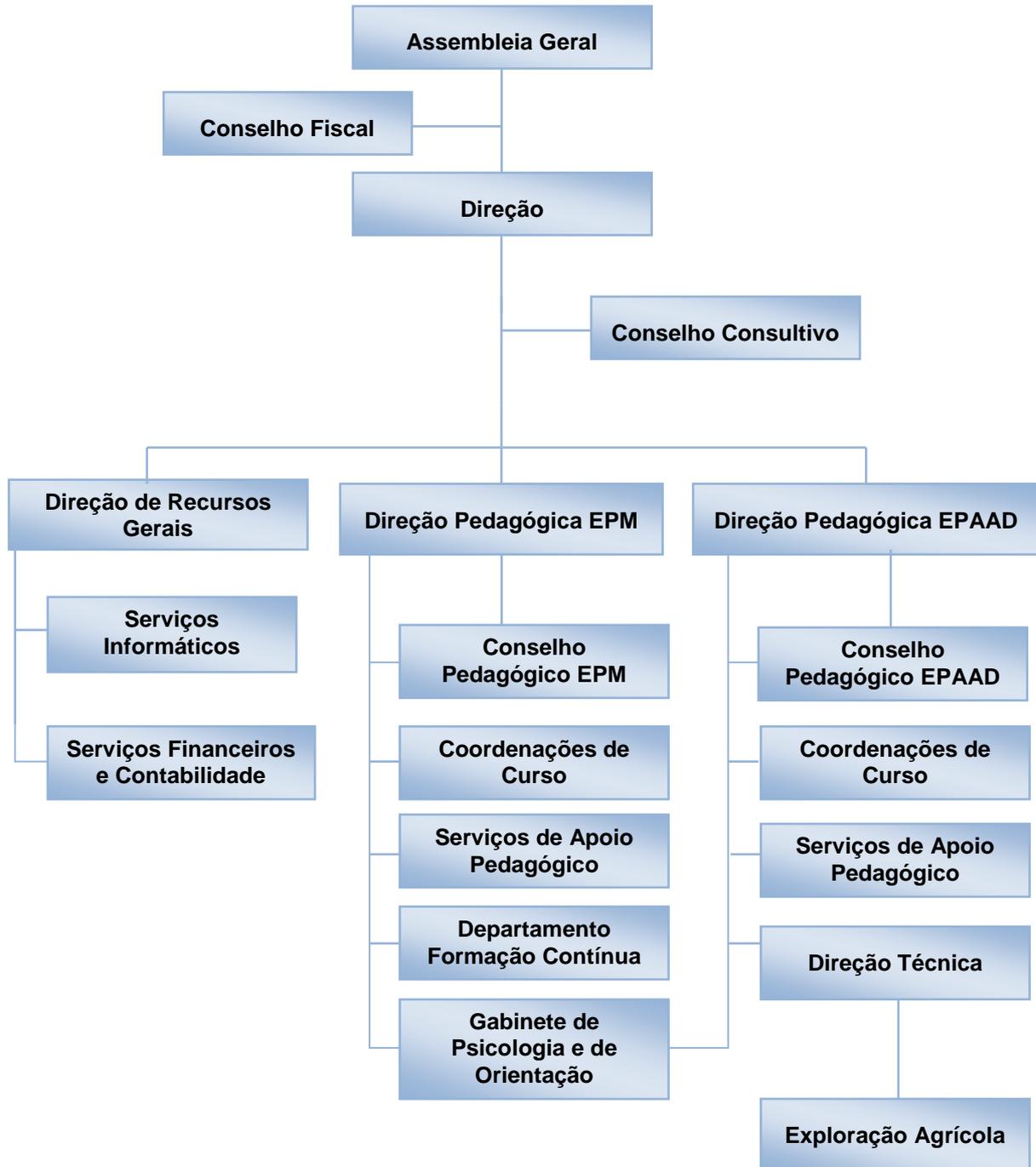
A ADA tem por fim ou objeto social a promoção do ensino profissional com integração dos seus alunos e utentes na vida profissional ativa, através das escolas profissionais de que é proprietária, e secundariamente, outras atividades de apoio a entidades locais ou nacionais, remuneradas ou não, aproveitando as suas capacidades e experiências técnicas.

Fundaram e são associadas da Associação Diogo de Azambuja, entidade proprietária da Escola Profissional de Montemor-o-Velho, as sete pessoas coletivas a seguir indicadas:

- Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego
- Associação Fernão Mendes Pinto
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Abrunheira
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
- Cooperativa Agrícola do Concelho de Montemor-o-Velho
- Lacticoop – União de Cooperativas de Produtores de Leite de entre o Douro e Mondego
- Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho

## Organograma

O organograma funcional tem sido ajustado e atualizado de acordo com a organização funcional e o desenvolvimento da atividade formativa das escolas. Os órgãos da escola são enquadrados na estrutura e linhas hierárquicas da entidade proprietária.



## **CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO**

O Município de Montemor-o-Velho encontra-se inserido na sub-região do Baixo Mondego, que pertence à região Centro. É delimitado a Norte pelo Município de Cantanhede, a Este pelo Município de Coimbra, a Sudeste pelo Município de Condeixa-a-Nova, a Sul pelo Município de Soure e a Oeste pelo Município da Figueira da Foz. Administrativamente subdivide-se em onze freguesias – de Arazede, Carapinheira, Liceia, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho e Gatões, Seixo de Gatões e Tentúgal, na margem direita do rio Mondego, e de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Ereira, Pereira, e de Santo Varão, na margem esquerda. Ocupa uma área de cerca de 229 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 11,1% da área do Baixo Mondego (NUT III).

Montemor-o-Velho integra a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, conjuntamente com os municípios vizinhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Mortágua, Penacova e Soure.

O quadro que se apresenta a seguir dá uma ideia da situação de Montemor-o-Velho em relação aos principais centros urbanos.

**Quadro I - Distância aproximada a partir da sede do Concelho**

<b>Localidade</b>	<b>Distância</b>
Aveiro	77 km
Leiria	65 km
Coimbra	25 km
Figueira da Foz	16 km
Lisboa	225 km
Porto	125 km
Viseu	119 km
Castelo Branco	184 km

O concelho de Montemor-o-Velho insere-se administrativamente no distrito de Coimbra, faz parte da sub-região do Baixo Mondego e situa-se entre dois centros urbanos, Figueira da Foz e Coimbra, os quais exercem sobre este concelho um efeito de polarização, atraindo a sua população para as áreas de emprego no setor terciário: comércio, indústria e serviços. Por outro lado, a fertilidade dos seus solos explica que, apesar do contínuo decréscimo da população ligada ao setor primário, continue a existir

uma parte da população a dedicar-se à agricultura como principal fonte de rendimento, em explorações de pequenas dimensões, as quais vivem maioritariamente do trabalho familiar e/ou funcionam como uma segunda atividade que auxilia a subsistência das famílias. A implantação nesta área de algumas indústrias agrícolas podem ser um estímulo para a reconversão deste setor da economia no concelho. De igual modo, o investimento da autarquia em parques industriais junto aos eixos viários, bem como o potencial turístico desta zona, tendem a potenciar a criação de emprego e o desenvolvimento económico no concelho.

### **Características Físicas do Meio**

A diversidade geológica e, especialmente, a fertilidade dos solos de aluvião, aliados ao clima temperado, com cambiantes de transição entre o mediterrânico e o atlântico, conferem a este concelho uma grande riqueza agrícola e paisagística. Esta região reúne grande diversidade de espécies animais e vegetais, sendo de destacar as áreas protegidas dos pauis de Arzila e do Taipal, que constituem património ambiental de grande importância e conferem singularidade a este concelho.

### **Recursos, potencialidades e estrangulamentos**

Existem no Baixo Mondego economias locais diversas às quais correspondem, necessariamente, espaços diferenciados de um ponto de vista económico. O primeiro fator de diferenciação é o efeito polarizador exercido por dois centros urbanos: Coimbra e Figueira da Foz. Esta polarização determina duas áreas de influência caracterizadas pela concentração do emprego nos setores da indústria, do comércio e dos serviços. O segundo factor de diferenciação do espaço regional é o próprio rio Mondego, que tem marcado, ao longo dos tempos, o modo de vida das populações pelo impacto que evidencia no aproveitamento agrícola das áreas ribeirinhas (campos do Mondego). No entanto, tem-se verificado, nos últimos anos, um decréscimo acentuado na população ligada ao setor primário.

As vias de comunicação, em particular a EN 111, a EN 335, a EN 341 e o eixo ferroviário, determinam também a diferenciação do espaço, adensando o povoamento nos locais de maior acessibilidade – onde são gerados os movimentos pendulares mais intensos e onde se concentra a dependência da população em relação a empregos noutros locais.

O forte potencial agrícola do Baixo Mondego é um facto sobejamente conhecido e está na génese das diversas ações integradas no âmbito do projeto de regularização do Rio Mondego. As potencialidades edafo-climáticas, associadas aos recursos hídricos da região, permitiram o desenvolvimento de uma agricultura baseada na produção de carne e leite e em culturas diversificadas, nomeadamente milho, arroz e hortícolas. As hortícolas têm-se desenvolvido bastante, apesar das respetivas dificuldades de inserção nos sistemas de distribuição e comercialização. Este recurso poderá ser substancialmente valorizado através do desenvolvimento de indústrias agro-alimentares de armazenagem e distribuição na região, nomeadamente com a construção do Parque Logístico da Zona Industrial de Arazede. A evolução normal que se tem verificado na estrutura económica da região (da qual faz parte o decréscimo da população ativa no setor primário) não corresponde à perda da importância económica da agricultura. Na realidade, a agricultura continua a ser uma componente essencial das economias familiares, visto que muitas famílias residentes no Baixo Mondego possuem explorações agrícolas de reduzida dimensão.

Este concelho tem investido na criação de parques (freguesias de Arazede e Montemor-o-Velho) — devidamente infraestruturados e situados junto dos eixos viários —, de modo a oferecer boas condições à fixação de novas indústrias, procurando fixar novos empregos e promovendo o desenvolvimento. A implantação de indústrias associadas aos recursos agrícolas da região é ainda incipiente, mas poderá ser incentivada no âmbito da reconversão agrícola e integração industrial. Os recursos naturais e agrícolas e a mão-de-obra disponível são as principais potencialidades do setor industrial da região, o qual poderá beneficiar ainda do potencial científico e tecnológico das Universidades (Coimbra e Aveiro).

Como atividade económica, o turismo tem maior expressão nos concelhos da Figueira da Foz e de Coimbra, pese embora a existência de algumas iniciativas no concelho de Montemor-o-Velho nomeadamente na área do turismo rural e ambiental.

### **As potencialidades turísticas da região são inúmeras:**

- Diversas zonas de paisagem natural e unidades ecológicas específicas;
- Possibilidade de desenvolvimento de desportos fluviais (remo, canoagem);
- Existência de centros hípicas e escolas de equitação;
- Vasto património histórico;
- Rica gastronomia regional;
- Existência de atividades diurnas de animação cultural e recreativa;
- Boa acessibilidade.

## A População

Os quadros II, III e IV, que a seguir se apresentam, permitem, respetivamente, a aferição de dados relativos à população do concelho, à população residente por grupos etários (de 1991 a 2011) e à evolução demográfica (de acordo com os censos de 2011):

**Quadro II – População do Concelho**

Freguesias	Número de habitantes			Distância à sede do Concelho (km)
	1991	2001	2011	
Abrunheira	831	735	637	10
Arazede	6155	5956	5508	18
Carapinheira	3362	3093	2898	4
Ereira	799	714	649	14
Gatões	585	541	516	6
Liceia	1466	1359	1254	11
Meãs do Campo	1762	1716	1853	10
Montemor	2396	2853	3154	0
Pereira	2538	2241	3265	12
Santo Varão	1456	1502	1969	10
Seixo de Gatões	1599	1429	1449	9
Tentúgal	2286	2275	2141	10
Verride	730	699	587	5
V. N. da Barca	410	365	291	10
Total/Média	26375	25478	26171	

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

O Concelho recuperou alguma população na última década, fruto fundamentalmente do desenvolvimento de polos habitacionais nas freguesias de Montemor-o-Velho e Pereira.

**Quadro III – Grupos etários**

Grupos Etários	1991		2001		2011	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
0-14 anos	4778	18,12	3536	13,87	3382	12,92
15-24 anos	3906	14,81	3346	13,13	2658	10,16
25-64 anos	13194	50,02	13270	52,08	14285	54,58
65 ou + anos	4497	17,05	5326	20,9	5846	22,34
Total	26375	100	25478	100	26171	100

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

Da análise dos dados acima transcritos, conclui-se que o concelho de Montemor-o-Velho tem uma população de 26.171 habitantes (Censos de 2011), sendo o terceiro município mais populoso da região. No entanto, o concelho tem vindo a perder população de forma contínua nomeadamente no grupo etário dos 0-14 anos e nos 15- 24 anos, onde essa descida é muito acentuada.

**Quadro IV – Evolução demográfica**

Fonte:	População Residente			Variação			Área (Km <sup>2</sup> )
	1991	2001	2011	81/91	91/01	01/11	
<b>Censos 91, 01 e 2011 - INE</b>							
<b>Montemor-o-Velho</b>	<b>26375</b>	<b>25478</b>	<b>26171</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-3,4%</b>	<b>2,7%</b>	<b>228.2</b>
Baixo Mondego (NUT III)	32870 3	n.d.	33232 6	-0,4%	n.d.	-2,3	2041.9
Região Centro	17215 41	n.d.	23277 55	-2,4%	n.d.	-0,88	23703. 0

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

**Níveis de escolaridade e taxas de analfabetismo**

Os quadros V e VI incluem, respetivamente, dados relativos ao(s) nível(is) de ensino e taxa de analfabetismo e à frequência de alunos, por nível de ensino, nas diferentes zonas geográficas do concelho de Montemor-o-Velho:

**Quadro V – Nível de ensino e taxa de analfabetismo**

Zona Geográfica	Nível de Ensino								Analfabetos com 10 ou + anos	Taxa de Analfabetismo	
	Total	Nenhum	Básico			Secundário	Medio	Superior		2001	2011
			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo						
Concelho	26171	2699	8543	2642	3860	4217	197	3400	1782	13,6	7,5
Abrunheira	637	77	234	64	93	99	6	55	56	13,1	9,32
Arazede	5508	581	2130	602	816	808	33	433	406	13,4	7,96
Carapinheira	2898	255	1019	366	397	464	20	314	178	12,3	6,63
Ereira	649	66	253	62	98	94	2	62	62	14,9	10,2
Gatões	516	44	187	47	79	76	5	62	49	16,2	10,2
Liceia	1254	144	478	144	209	181	6	69	121	15	10,5
Meãs	1853	232	640	166	273	241	16	225	163	17,8	9,8
Montemor	3154	318	800	296	436	656	39	539	190	12,5	6,6
Pereira	3265	359	757	216	408	567	26	843	152	13,1	5,3
Seixo	1449	163	465	187	259	189	6	142	95	14,5	7,2
St.º Varão	1969	153	490	171	313	414	15	327	71	8,8	4,1
Tentúgal	2141	243	752	238	341	299	17	220	185	16,6	9,3
V. N. Barca	291	28	95	34	48	45	2	34	21	11,7	7,7
Verride	587	36	243	49	90	84	4	75	33	10,6	6,0

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

Da análise dos dados acima transcritos, é possível observar que, em relação à taxa de analfabetismo, se tem vindo a registar uma evolução positiva, apesar de esta apresentar ainda valores consideráveis (7,5% em 2011).

## A Rede Escolar

A rede escolar está organizada em três Agrupamentos, das catorze freguesias que compõem o concelho (vd. Quadro acima), com níveis de ensino que vão até ao décimo segundo ano de escolaridade.

**Quadro VI – Rede Escolar**

<b>Escolas do Agrupamento de Arazede</b>	<b>Escolas do Agrupamento da Carapinheira</b>	<b>Escolas do Agrupamento de Montemor-o-Velho</b>
Escola Básica de Bunhosa, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Carapinheira, Montemor-o-Velho	Centro Educativo de Montemor-o-Velho
Escola Básica de Tojeiro, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Casal Novo, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Formoselha, Montemor-o-Velho
Escola Básica de Viso, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Coutada – Meãs do Campo, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Pereira, Montemor-o-Velho
Escola Básica n.º 1 de Arazede, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Portela, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Seixo, Montemor-o-Velho
Escola Básica 2,3 de Arazede, Montemor-o-Velho	Escola Básica de Tentúgal, Montemor-o-Velho	
	Escola Básica Dr. José dos Santos Bessa, Carapinheira, Montemor-o-Velho	

Fonte: <http://www.cm-montemorvelho.pt>

## A ESCOLA PROFISSIONAL DE MONTEMOR-O-VELHO

A Escola Profissional de Montemor-o-Velho tem a sua sede na Rua de Cerizay, nº 19, na Vila de Montemor-o-Velho.

O edifício da EPM está localizado numa zona onde convivem edifícios habitacionais e edifícios comerciais, na saída da Vila para oeste, em direção a Coimbra.

**Imagem I – Fotografia aérea**



**Imagem II – Sede da EPM**



### Tutela

Apesar de dispor de autonomia financeira e pedagógica a escola está sujeita a um conjunto de autoridades nacionais, designadamente:

- Ministério da Educação
- Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional
- Direção de Geral dos Estabelecimentos Escolares
- Direção de Serviços da Região Centro
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
- Autoridade para as Condições de Trabalho
- Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho

### Oferta Formativa

A oferta formativa da Escola Profissional de Montemor-o-Velho está centrada ao nível da formação inicial e distribui-se por três tipologias, designadamente: cursos profissionais; cursos de educação de formação de jovens; e cursos vocacionais de ensino básico.

Sem prejuízo do prosseguimento dos estudos, direito fundamental de qualquer cidadão, a escola pretende, sobretudo, contribuir para integração dos jovens que frequentam os seus cursos, no mercado de trabalho, satisfazendo as necessidades do tecido empresarial, fornecendo aos alunos ensinamentos teóricos, práticos e estágios, prosseguindo assim o objetivo fundamental que presidiu à sua criação.

#### Cursos Profissionais

Os cursos profissionais são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação ao mundo profissional. Tendo em conta o perfil pessoal de cada jovem, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local. Os cursos profissionais são percursos que cumprem vários objetivos: contribuem para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão; privilegiam as ofertas formativas que correspondem

às necessidades de trabalho locais e regionais; preparam os jovens para o acesso a formações pós-secundárias ou ao ensino superior. Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos, o que permite maior flexibilidade e respeito pelos ritmos de aprendizagem e área vocacional dos jovens.

Estes cursos culminam com a apresentação de um projeto, designado por Prova de Aptidão Profissional (PAP), no qual demonstram as competências e saberes que desenvolveram ao longo da formação.

Ensino profissional, de nível secundário destinado a jovens que terminaram o 9º Ano de escolaridade. Os cursos profissionais conferem dupla certificação escolar, ao nível do 12º ano de escolaridade, e profissional de nível IV. Os cursos profissionais têm um desenvolvimento curricular perfeitamente ajustado aos objetivos que prosseguem e aos perfis de formação. Todos têm a duração de três anos e incorporam períodos de estágio em empresas, com uma duração nunca inferior a 600 horas de formação. Os planos curriculares de cada curso são legalmente definidos por portarias específicas, preparadas de forma a não excluir a possibilidade de prosseguimento de estudos no ensino superior.

### Cursos de Educação e Formação de Jovens

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) são uma oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos interesses dos jovens, ou para prosseguir estudos ou formação que permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho. Neste sentido, cada curso corresponde a uma etapa de educação/formação (desde o Tipo 1 ao Tipo 7) cujo acesso está relacionado com o nível de habilitação escolar.

A escola oferece cursos de Tipo 2, destinados a jovens com 15 anos de idade e com 6º Ano de escolaridade, o 7º ou que tenham a frequência do 8º de escolaridade mas sem aproveitamento. Os cursos de educação e formação de jovens conferem uma dupla certificação escolar, ao nível do 9º ano de escolaridade, e profissional de nível II;

Estes cursos culminam com uma prova de desempenho profissional que consiste na realização, perante um júri, de um ou mais trabalhos práticos, baseados nas atividades do perfil de competências visado, devendo avaliar os conhecimentos e competências mais significativos.

### Cursos Vocacionais

Cursos vocacionais de nível básico, destinados a jovens com percursos escolares irregulares com 6º Ano de escolaridade, o 7º, o 8º, ou que tenham a frequência do 9º de escolaridade mas sem aproveitamento. Os cursos vocacionais de nível básico conferem certificação escolar, ao nível do 9º ano de escolaridade, e tendem a substituir os cursos de educação e formação de jovens.

### **Cursos aprovados**

A abertura de novos cursos ao nível do ensino profissional, para além do seu enquadramento ao nível das prioridades regionais e nacionais definidas pela Agência Nacional para a Qualificação, carece de uma autorização prévia de funcionamento que visa aferir a existência na escola de condições específicas para o funcionamento de cada curso.

Nos últimos anos foram desenvolvidos esforços no sentido de alargar a oferta formativa de cursos profissionais, procurando conciliar a oferta formativa tradicional da escola com a necessidade de diversificar a oferta.

A escola tem procurado incorporar uma cultura capaz de responder à necessidade de mudança estratégica, assente na diversificação da oferta formativa.

A Escola Profissional de Montemor-o-Velho dispõe de Autorização Prévia de Funcionamento para os cursos profissionais a seguir indicados:

- Técnico de Multimédia.
- Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente.
- Técnico de Desenho Digital 3D
- Técnico de Organização de Eventos
- Técnico de Informática de Gestão
- Técnico de Sistemas de Informação Geográfica
- Técnico de Animador Sociocultural
- Técnico de Construção Civil
- Técnico de Receção
- Técnico de Energias Renováveis – Variante de Sistemas de Bioenergia
- Técnico de Auxiliar de Saúde
- Técnico de Eletrónica e Telecomunicações
- Técnico de Design de Equipamento
- Técnico de Artes do Espetáculo – Cenografia, Figurinos e Adereços

## Indicadores de Desempenho

O desempenho da escola é condicionado por um conjunto alargado de fatores de ordem diversa, entre os quais se destacam, o espaço físico da escola, as relações interpessoais, as competências pessoais dos alunos, o nível de vida ou de carência económica, a redes de transportes, o interesse pelo curso e motivação, o desempenho dos professores, entre muitos outros.

O quadro a seguir resume os resultados obtidos nos últimos quatro ciclos de formação do ensino profissional, caracterizado por uma evolução bastante negativa ao nível dos dois indicadores que, porventura melhor evidenciam o desempenho da escola.

**Quadro VII – Referências históricas de abandono e sucesso escolar na EPM**

Triénio	% de Desistências	% de Conclusão
<b>2008/2011</b>	22%	48%
<b>2009/2012</b>	30%	35%
<b>2010/2013</b>	27%	30%
<b>2011/2014</b>	37%	20%

Os registos do crescimento do abandono escolar e da diminuição do sucesso escolar, qualquer deles para níveis alarmantes, justificam uma intervenção rápida e determinada de toda a comunidade escolar na implementação deste Projeto.

## Desenvolvimento Curricular

Os planos curriculares dos cursos profissionais compõem-se por diversas disciplinas agrupadas em três componentes de formação:

- Área sócio-cultural;
- Área científica;
- Área técnica, tecnológica e prática.

Os cursos profissionais têm a duração de três anos letivos, num total de horas nunca inferior a 3.200, os de nível II (seja CEF's ou Cursos Vocacionais) têm uma duração variável de um ou dois anos letivos.

Nos cursos profissionais e nos cursos vocacionais, as disciplinas estão organizadas segundo uma estrutura modular, adequando-se a esta metodologia de ensino-aprendizagem. Os módulos são unidades de aprendizagem autónomas integradas num

todo coeso, que permitem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e atitudes, através de experiência de atividades de aprendizagem que têm em conta a diversidade de ritmos dos formandos; os módulos complementam-se e interligam-se construindo um todo cuja estrutura inteira permite sequências alternativas de aprendizagem.

**FORMAÇÃO TEÓRICA** – com o objetivo de dotar os alunos de conhecimentos indispensáveis para o desempenho da função ao nível do “Saber-Saber”.

**FORMAÇÃO PRÁTICA SIMULADA** – com o objetivo de, em contexto de formação, dotar os alunos de competências ao nível do “Saber-Fazer” e do “Saber-Ser”, determinante para o bom desempenho das suas funções.

**FORMAÇÃO/PRÁTICA EM CONTEXTO DE TRABALHO** – com o objetivo de, no local de trabalho, desenvolver a aprendizagem mediante a execução de tarefas inerentes à função e de acordo com os perfis profissionais dos cursos. Visa consolidar os conhecimentos e as competências adquiridas, facilitando a aproximação ao mundo do trabalho e da empresa, de forma a potenciar a futura inserção profissional dos alunos.

## Avaliação

O processo de avaliação, de acordo com a metodologia modular, deve ser contínuo, flexível e formativo. A avaliação deve constituir um dos elementos da relação pedagógica possibilitando o desenvolvimento das capacidades dos formandos e respeitando a diversidade de ritmos de aprendizagem.

Avaliação nos cursos profissionais e nos cursos vocacionais:

- Avaliação formativa, presente ao longo do processo ensino-aprendizagem, assumindo as diversas facetas da relação pedagógica com os formandos (avaliação de diagnóstico, avaliação contínua, trabalho individualizado, adaptação de estratégias de aprendizagem, etc.);
- Avaliação sumativa, realizada de módulo a módulo e formalizada na escala de 0 a 20 valores. Esta avaliação é afixada em pauta sempre que os formandos tenham atingido classificação positiva, permitindo-lhes aprovação nos módulos. No processo de avaliação os formadores/professores deverão obedecer às seguintes condições:

- Explicitar com clareza os objetivos a atingir em cada módulo;
- Definir os saberes que constituem pré-requisitos para cada módulo;
- Explicitar os momentos e métodos de avaliação de cada módulo, assim como os respetivos critérios;
- Preencher as pautas internas, conferir e assinar os termos.

Avaliação nos cursos de educação e formação de jovens:

- A avaliação é contínua e reveste um carácter regulador, proporcionando um reajustamento do processo ensino-aprendizagem e o estabelecimento de um plano de recuperação que permita a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcione o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma maior autonomia na realização das aprendizagens.
- A avaliação é preferencialmente contínua e realiza-se por disciplina ou unidades (na componente de Formação Tecnológica) e por componente de formação, expressando-se numa escala de 1 a 5.

## Apoios aos Formandos

Os apoios dos formandos da Escola são definidos no despacho normativo nº 4-A/2008, de 24 de Janeiro, alterado e republicado pelo despacho normativo nº 12/2012, de 21 de Maio, na sua redação atual, e de acordo com as interpretações do POPH, veiculadas através de Circulares Normativas.

A atribuição de alguns apoios está dependente do posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família.

Genericamente e sem prejuízo das condições específicas para a atribuição de cada subsídio os alunos podem dispor de::

- Bolsa para Material de Estudo, atribuída anualmente
- Bolsa de Profissionalização, atribuída mensalmente durante o período de estágio
- Subsídio de Refeição, atribuído por cada dia de formação
- Subsídio de Transporte, atribuído mensalmente
- Subsídio de Alojamento, atribuído mensalmente

A escola dispõe ainda de um miniautocarro e de uma viatura de 9 lugares para apoio no transporte de alunos para a formação.

---

## **Relação Escola – Empresas**

### **Dinâmicas de Inserção no setor económico e social**

A escola coloca regularmente, todos os anos letivos, em diferentes períodos alunos a realizar a sua formação em contexto de trabalho em empresas da região, o que revela a sua estreita ligação ao mundo do trabalho no sentido de cumprir com uma parte importantíssima da sua Formação, porque a sua avaliação é autónoma e integra o cálculo da média final de cada curso.

Os referenciais de formação identificam para cada família profissional as qualificações associadas às respetivas saídas profissionais, os saberes científicos, tecnológicos e técnicos estruturantes da formação exigida. Pelo que esses referenciais são aprovados pelo Ministério da Educação e pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Os referenciais dos cursos profissionais são periodicamente atualizados, tendo em vista esta convergência, bem como a responsabilidade de colocar no mercado de trabalho operadores de nível II e técnicos de nível IV a “Saber-Fazer”.

A participação das empresas neste processo faz-se pela via da integração do aluno no setor de trabalho e participa também nas Provas de Aptidão Profissional como membro de Júri, representante das associações empresariais ou das empresas de setores afins ao curso e integra um representante das associações sindicais dos setores de atividade afins ao curso.

Os setores de trabalho dos cursos são diversificados nas áreas da higiene e segurança no trabalho e ambiente, multimédia, organização de eventos, desenho digital 3D, fotografia, informática, entre outros. De acordo com cada perfil profissional há inúmeras competências profissionais para que cada técnico se integre nas empresas de forma positiva desempenhando tarefas e funções adequadas e exigidas por cada setor profissional.

O esforço e a responsabilidade interinstitucional vêm-se quando se avalia a quantidade e a variedade de empresas envolvidas nos processos de aprendizagem da Escola.

## **Projetos Transversais**

### **Educação para o Ambiente – Programa Eco Escolas**

O Programa Eco escolas é um projeto educativo internacional promovido pela organização não-governamental Europeia Fundação para a Educação Ambiental (em inglês: Foundation for Environmental Education - FEE) e apoiado pela Comissão Europeia. O programa, destinado preferencialmente às escolas do ensino básico, mas aberto a todos os graus de ensino do pré-escolar às universidades, pretende reconhecer (com a atribuição da Bandeira Verde Eco Escola) e estimular as escolas empenhadas em melhorar o seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade. Uma Eco Escola é uma instituição de ensino que segue o Programa Eco Escolas. As duas escolas da Associação Diogo de Azambuja são instituições que seguem o Programa Eco Escolas, tendo adquirido desde o ano letivo de 2009/2010 a Bandeira Verde até ao presente.

### **Estruturas de Organização Pedagógica, Técnica e Administrativa**

A escola assegura uma gestão eficaz assente numa liderança e numa clara repartição de funções atribuídas a recursos humanos com competências adequadas.

A Direção Pedagógica da escola e a Direção de Recursos Gerais trabalham conjuntamente, envolvendo-se direta e pessoalmente na atividade formativa, de forma a controlarem a dinâmica regular da escola.

A Direção da escola aceita propostas de melhoria promovem atividades de melhoria e lideram processos de mudança quando se avaliam as necessidades internas. Reúnem também com regularidade com as estruturas intermédias, nomeadamente os Coordenadores de Curso, Orientadores Educativos de Turma e realizam reuniões periódicas com os professores.

A entidade proprietária da escola dispõe de um conjunto de recursos humanos, que embora tenha vindo a diminuir, asseguram o normal funcionamento da escola, cuja estrutura se discrimina no quadro a seguir:

**Quadro VIII – Recursos Humanos**

<b>Recursos Humanos</b>	
Docentes internos	13
Docentes externos	14
Pessoal Técnico	5
Administrativos efetivos	7
Outro Pessoal efetivo	9
TOTAL	48

Todas as funções estão ajustadas à competência de cada colaborador. Registando-se alteração de funções de acordo com os ajustamentos considerados necessários pela nova dinâmica que a escola vem sentindo ao longo dos anos, não descurando a experiência dos Recursos Humanos da Escola. Para promover o ajustamento das competências existentes às necessidades temos planos de formação dirigidos aos recursos humanos, no sentido de frequentarem determinadas ações de formação.

O Diretor Pedagógico da Escola encaminha regularmente informação sobre ações de formação, *workshops*, e seminários de acordo com a formação académica/experiência profissional e funções desempenhadas ajustadas às competências dos recursos humanos da Escola, com o objetivo de aqueles poderem participar nas mesmas.

## **Coordenadores de Curso e Estruturas de Orientação Educativa**

A coordenação técnico-pedagógica dos cursos é nomeada pela Direção Pedagógica e aprovada pela Direção da ADA e é responsável por todo o processo de coordenação da equipa pedagógica, a articulação entre as diferentes componentes de formação, entre as diferentes disciplinas, bem como tudo o que se relaciona com a preparação da Formação em Contexto de Trabalho e com o plano de transição para a vida ativa.

A Orientação Educativa de cada turma é atribuída a professores internos da Escola e preferencialmente acompanha todo o ciclo formativo do aluno.

## **Docentes**

A contratação docente é da responsabilidade da Direção da ADA, sob proposta da Direção Pedagógica da Escola obedecendo aos seguintes critérios:

- Habilitação legalmente exigida para os graus correspondentes do ensino regular (docentes da componente de formação sócio-cultural e científica);
- Experiência profissional ou empresarial efetiva (docentes da formação técnica);
- Adequação do perfil do candidato às exigências pedagógicas e profissionais previamente definidas;
- Com Certificado de Competências Pedagógicas da função de Formador.

### Avaliação da escola

A Escola elabora o Relatório Anual de atividades no qual analisa os resultados obtidos, com o objetivo de apresentar resultados de atividades, bem como analisar os seus pontos mais fortes e fracos no sentido de ativar melhorias ao nível da sua atuação interna e externa.

A Avaliação de Reação é realizada curso a curso.

A Avaliação da Aprendizagem é realizada ao longo dos cursos (diagnóstica, contínua/formativa e sumativa).

A Avaliação de Desempenho dos Colaboradores é realizada pela Comissão de Avaliação, suportada também na Autoavaliação de Desempenho Docente, nos domínios das Competências para Lecionar, Competências Profissionais e de Conduta, Competências Sociais e de Relacionamento e nos domínios de Gestão aos docentes com cargos de Coordenação.

A Avaliação das Desistências é realizada através do tratamento dos dados/ análise de todas as declarações de desistência que os formandos entregam nos serviços administrativos.

A Avaliação das Ocorrências e Reclamações faz-se pontualmente de acordo com a análise das mesmas à medida que ocorrem ao longo do ano e cumprindo-se com o respetivo Regulamento.

A escola ao realizar o Relatório Anual tece considerações finais sobre os resultados apresentados, analisa desvios aos projetos e indica áreas de melhoria, propondo alterações a curto, médio e longo prazo, tendo em conta o contexto e a existência de operadores na área da formação.

### Principais constrangimentos

Identificam-se os principais problemas educativos:

- O concelho e a região apresentarem indicadores de decréscimo de jovens;
- Inexistência de uma rede de formação estável e sustentada, originando uma forte concorrência e até sobreposição de ofertas formativas;
- Modelo de financiamento austero;
- Grande fragilidade social e económica das famílias;
- Cultura de abandono e desvalorização da escola;
- Reduzida participação dos encarregados de educação na vida da escola;

# IDEÁRIO

## Missão

A Escola Profissional de Montemor-o-Velho enquanto entidade educadora e formadora de recursos humanos empenhados no exercício de atividades profissionais qualificadas assume a responsabilidade de, através do ensino técnico-profissional, desenvolver atividades de educação e formação qualificantes que possam contribuir para a melhoria do nível cultural e educacional da população e para o desenvolvimento da região em que se insere.

A atividade da escola orienta-se no sentido de disponibilizar aos seus alunos uma formação humana integral, que assenta nos seus aspetos pessoal, cultural, científico, técnico e profissional, proporcionando-lhes uma formação adequada para um exercício profissional qualificado.

## Visão

A Visão da EPM pretende-se mobilizadora e enquadradora da atividade de todos os colaboradores.

Construir uma organização de excelência, socialmente responsável, reconhecida a nível regional e nacional, suportada numa rede regional de parcerias, fundamental na prestação de serviços de formação e na qualificação e certificação de competências académicas e profissionais.

## Valores

A atuação EPM deve pautar-se pelos seguintes valores:

- Qualidade;
- Responsabilidade social;
- Trabalho em equipa;
- Inovação;
- Transparência;
- Ênfase nos resultados;
- Proximidade aos alunos;
- Personalização.

### Política de Qualidade

Os princípios orientadores da política de qualidade da EPM a seguir referidos estão presentes na cultura da organização e traduzem-se na procura constante da satisfação da comunidade escolar:

- Ser uma escola de excelência em humanização, ensino e cultura que integre a comunidade global contribuindo na formação de lideranças capazes de cooperar na formação de uma sociedade futura;
- Proporcionar os mecanismos de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, nomeadamente a planificação, realização e avaliação de estágios;
- Proporcionar o desenvolvimento individual dos seus colaboradores criando condições para a dinâmica e enriquecimento da organização;
- Prestar serviços educativos à comunidade na base de uma troca e enriquecimento mútuos;
- Contribuir para a realização pessoal dos jovens e adultos, proporcionando a preparação para a vida ativa;
- Proporcionar a formação integral e integrada dos jovens e adultos, qualificando-os para o exercício profissional e para o prosseguimento de estudos;
- Analisar necessidades de formação locais e regionais e proporcionar as respostas formativas adequadas;
- Contribuir para o desenvolvimento social, económico, ambiental e cultural da comunidade;
- Cumprir todos os requisitos legais aplicáveis;
- Assegurar o comprometimento das partes interessadas na implementação dos requisitos normativos da responsabilidade social;
- Prevenir a poluição e proteger o meio ambiente dirigindo os seus esforços para a procura de uma maior sustentabilidade ambiental.

O planeamento e o desenvolvimento da atividade da escola realiza-se tendo por base os princípios da melhoria contínua.

### Objetivos Estratégicos

#### Objetivo 1

Desenvolver continuamente a qualidade do ensino; rever e atualizar permanentemente os projetos educativos. Só a aposta na qualidade e inovação no ensino ministrado na escola permitirá que esta continue a ser uma alternativa credível junto dos jovens.

#### Objetivo 2

Promover a imagem da escola. É necessário desenvolver estratégias de marketing direcionadas de forma a captar a atenção da população a quem nos dirigimos (alunos, encarregados de educação, agentes educativos, comunidade).

#### Objetivo 3

Aperfeiçoar o atendimento aos alunos e fortalecer os vínculos com os ex-alunos. A formação ao longo da vida é cada vez mais uma necessidade de todos nós, a escola possui já um vasto leque de ofertas de formação nessa perspetiva, pelo que importa prolongar a intervenção da escola ao longo da vida dos formandos.

#### Objetivo 4

Expandir e adequar a oferta de cursos de ensino básico e secundário, atualizando diagnósticos de necessidades ao nível da formação e inovando para áreas de formação com potencial de crescimento de importância sócio-económica num horizonte temporal de médio prazo.

#### Objetivo 5

Reforçar parcerias para o desenvolvimento da formação e para o prosseguimento de estudos com instituições do ensino superior politécnico, sobretudo regionais, designadamente:

- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra;
- Escola Superior de Educação de Coimbra;
- Instituto Superior de Engenharia de Coimbra;
- Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra;

### Objetivo 6

Consolidar um quadro de docentes qualificados. Promover o aumento das qualificações profissionais e habilitações académicas dos docentes e proporcionar condições para a participação em ações de formação contínua.

### Objetivo 7

Incrementar e intensificar a atuação comunitária. A promoção de iniciativas de qualidade onde se conjuguem diversos objetivos:

- Aumentar a auto-estima dos alunos e funcionários (docentes e não docentes);
- Promover a escola junto da comunidade;
- Divulgar a atividade da escola;

### Objetivo 9

Aperfeiçoar a comunicação institucional. Melhorar os mecanismos de comunicação internos de forma a ultrapassar os constrangimentos existentes. Uniformizar os materiais de comunicação e metodologias utilizados.

### Objetivo 10

Desenvolver e manter um modelo de organização e gestão com padrões adequados de efetividade, fiabilidade e capacidade de resposta. A certificação de qualidade como instrumento de melhoria permanente.

### Objetivo 11

Fomentar a qualidade e competitividade na escola. Promover a partilha e generalização das boas práticas a todo o universo da escola.

### Objetivo 12

Ampliar a eficiência e a eficácia operacional. Eliminar o desperdício e reduzir a ineficácia, mantendo sempre um elevado padrão de qualidade.

### Objetivos Operacionais

#### Objetivo 1

Diversificação da oferta formativa da escola, justificada a partir do levantamento das necessidades formativas da comunidade.

#### Objetivo 2

Melhoria do processo de recrutamento de alunos através de estratégias de marketing e fidelização desses alunos proporcionando respostas adequadas às suas necessidades.

#### Objetivo 3

Avaliação contínua do modelo de gestão e organização pedagógica, considerando fatores como: racionalização de recursos humanos; Indicadores de execução pedagógica; aplicação de mecanismos promotores do sucesso dos formandos; Introdução de novos instrumentos e novas metodologias de trabalho e de avaliação de desempenho dos docentes e não docentes.

#### Objetivo 4

Modernizar os equipamentos afetos à formação, particularmente os relacionados com as novas tecnologias.

#### Objetivo 5

Melhorar os espaços físicos da escola com obras de manutenção que proporcionem bem-estar aos alunos.

#### Objetivo 6

Sistematização da utilização de plataformas de gestão interna do processo formativo (intranet) e plataforma de gestão de conteúdos educativos (moodle) bem como da escola virtual.

#### Objetivo 7

Alargamento das atividades e áreas de intervenção na comunidade local, desenvolvendo projetos conjuntos com instituições locais representativas das áreas de formação das escolas.

### Objetivo 8

Envolvimento da escola em projetos nacionais e internacionais tais como:

- Eco escolas;
- Olimpíadas do Ambiente;
- Ciência Viva;
- Erasmus+.

### Estratégia de intervenção

Este documento projeta a continuidade do processo de construção de uma escola criativa, capaz de potenciar os seus recursos, interagindo com a comunidade e inovar as suas práticas, estabelecendo a ligação entre a vida estudantil e a inserção na vida laboral.

Nesse sentido, a EPM deverá constituir-se como um espaço privilegiado de construção e de partilha entre as várias dimensões da formação dos alunos – o “saber ser”, o “saber estar” e o “saber fazer”, assente na formação dos jovens, na preparação para a vida ativa e na luta contra o insucesso escolar.

A Escola pretende concretizar as seguintes linhas gerais de intervenção educativa:

- Melhoria do rendimento escolar, valorizando a formação contínua, o sistema modular e a aprendizagem pela descoberta;
- Promoção da formação integral do aluno, fomentando uma educação para o exercício da cidadania, em todas as suas vertentes;
- Envolvimento dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos, insistindo na informação, destacando a sua importância na vida da escola e na consciencialização dos seus direitos e deveres;
- Melhoria das condições de trabalho de todos os elementos da comunidade escolar, valorizando o espaço escolar e rentabilizando todas as suas valências;
- Implementação, na prática diária, das tecnologias da informação e da comunicação tirando partido dos equipamentos existentes.

### Linhas de intervenção para o triénio

Procurando ir de encontro às linhas estratégicas, definem-se genericamente as seguintes linhas de intervenção para o triénio:

### **Ao nível dos alunos**

- Promover o gosto pelas aprendizagens e pela procura dos saberes;
- Formar alunos participativos, conscientes dos seus direitos e deveres, e interventivos na vida da escola,
- Consciencializar para o cumprimento das regras e do respeito pelas normas, quer no espaço da sala de aula, quer fora dela;
- Promover a educação para a cidadania no respeito pela diferença.
- Reduzir o abandono escolar, valorizando a importância da escola na vida de cada aluno.
- Reduzir o absentismo, através da motivação para as aprendizagens.
- Desenvolver estratégias que possibilitem a integração plena dos alunos com necessidades educativas especiais;
- Estimular a participação dos alunos, nomeadamente através dos seus órgãos representativos.
- Valorizar a escola como um espaço educativo, socialmente relevante e de valorização individual, onde esforço e desempenho são fundamentais para adquirir as competências do currículo.
- Desenvolvimento de estratégias diversificadas e dias temáticos que impliquem o aluno na sua própria aprendizagem
- Promover atividades que permitam a aquisição de métodos e técnicas de estudo;
- Promover o gosto pela utilização correta da Língua Portuguesa, reconhecendo a sua importância fundamental na vida da escola;
- Sensibilizar os alunos para a defesa do ambiente e preservação da natureza e do património;
- Formar alunos para uma cidadania responsável e participativa no sentido de consolidar princípios e valores democráticos;

### **Ao nível do pessoal docente**

- Estimular a consciência do papel decisivo no desenvolvimento de uma cultura e rigor e exigência, com vista à qualidade da escola na educação e formação dos alunos.

- Sensibilizar para a importância da dinamização de estratégias diversificadas e ajustadas aos alunos que apresentam necessidades educativas especiais.
- Promover a interdisciplinaridade através da apresentação de projetos nacionais e/ou internacionais, como forma de motivar e envolver os alunos no processo de ensino/aprendizagem de uma forma mais operacional e interventiva.
- Desenvolver estratégias que permitam apoiar de forma eficiente os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Incentivar para a dinamização de um ensino mais prático em detrimento de um ensino essencialmente teórico.
- Consciencializar para a importância da uniformização de procedimentos de intervenção no que se refere ao comportamento dos alunos.
- Promover condições para a atualização científica e pedagógica como garante da qualidade do ensino desenvolvido, numa perspetiva de melhoria contínua.

### **Ao nível do pessoal não docente**

- Desenvolver uma cultura de rigor e exigência, com vista à qualidade do funcionamento da escola.
- Promover a participação ativa junto dos alunos e encarregados de educação, como forma de implicá-los no processo de ensino aprendizagem.
- Estimular a atualização de saberes de forma a responder de forma eficiente às exigências da função exercida.
- Sensibilizar para a importância do contributo e articulação de todos os intervenientes na melhoria de respostas aos alunos.

### **Ao nível dos pais e encarregados de educação**

- Promover uma cultura de participação na vida da escola, quer como corresponsáveis na educação dos seus educandos, quer como participantes na sua estrutura representativa.
- Incentivar para um acompanhamento efetivo dos educandos no processo de aprendizagem em casa.
- Promover a participação nos órgãos da escola.

### **Ao nível do processo ensino/aprendizagem**

- Promover o sucesso com base no princípio da igualdade de oportunidades;

- Promover a realização de atividades variadas, fomentadoras da aquisição de hábitos de trabalho, que diversifiquem as formas de interação em aula;
- Estimular a realização de trabalhos de projeto, que permitam aos alunos a aquisição de saberes interdisciplinares e o desenvolvimento de competências diversas.
- Desenvolver um clima saudável de aprendizagem;
- Promover a troca de experiências e o trabalho de cooperação;
- Promover de forma regular e sistemática visitas de estudo ou outras atividades coerentes com os objetivos definidos, que ampliem os benefícios educativos, se possível numa perspetiva de interdisciplinaridade;
- Promover a participação em seminários referentes à área técnica de cada um dos cursos existentes na escola;
- Elaborar e desenvolver um plano de dinamização da Biblioteca;

### **Ao nível da relação entre a Escola e o Meio**

- Incentivar programas de informação/formação de espaços de diálogo para assuntos de interesse da comunidade escolar e do público em geral em articulação com os serviços culturais e sociais da comunidade, ou seja, desenvolver programas e protocolos com instituições e setores de atividade da comunidade numa dinâmica de intercâmbios;
- Promover a discussão sobre as ofertas curriculares e de complemento curricular com as instituições da região, em articulação com a autarquia;
- Realizar Dias Temáticos direcionados para a população escolar da região;
- Promover o interesse das entidades empregadoras, no sentido de estas proporcionarem estágio aos alunos, com o intuito de fomentar a sua inserção no mundo do trabalho;
- Promover o intercâmbio com outras escolas profissionais, com o objetivo de uma partilha de experiências e vivências.
- Desenvolver projetos nacionais e internacionais que promovam a interação com a comunidade.

### Metas

Definem-se como metas a alcançar no final do triénio:

1. Aumento do grau de motivação, de participação e de satisfação dos alunos;
2. A diminuição das taxas de abandono escolar para valores abaixo das médias nacionais;
3. A diminuição dos níveis de insucesso escolar para valores abaixo das médias nacionais;
4. Integração profissional dos formandos;
5. Diminuição do número de ocorrências disciplinares;
6. O reconhecimento de toda a comunidade educativa como atores participantes, ativos e inclusivos em todos os processos escolares;
7. O reconhecimento generalizado da intervenção da escola no universo regional;
8. A otimização dos recursos físicos, técnicos e das relações humanas;
9. Aumento do número de projetos pluridisciplinares da escola;
10. Aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação interna da escola;
11. Aumento do nível de participação dos Encarregados de Educação na escola;
12. Aumento do número de parceiros da escola;
13. Aumento do número de projetos internacionais;
14. Aumento do grau de motivação, de participação e de satisfação dos colaboradores;
15. Execução de obras de manutenção do edifício sede da escola;
16. Melhoramento de sistema de aquecimento nas salas de aula;
17. Modernização dos equipamentos informáticos;
18. Alargamento da rede de transportes dos alunos;
19. Avaliação sistemática do Projeto Educativo, do Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades da escola;
20. Alargamento da oferta formativa;

## **DIVULGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO**

Este Projeto Educativo deve ser encarado numa conceção dinâmica de planeamento, execução, acompanhamento e avaliação da política educativa da escola ao longo do triénio. Para tal, torna-se fundamental a sua divulgação e disponibilização junto da comunidade educativa para que esta se envolva e se torne parte ativa na sua concretização.

### **Divulgação**

#### **Divulgação Interna:**

Deverá ser divulgado junto de:

- Alunos dos Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Jovens pelos Coordenadores de Curso e Orientadores Educativos de Turma;
- Professores da escola, através do Diretor Pedagógico;
- Funcionários não docentes, através do Diretor Pedagógico;
- Pais e Encarregados de Educação, pelos Orientadores Educativos de Turma;
- Outros elementos da comunidade educativa através do Diretor Pedagógico.

#### **Divulgação Externa:**

Deverá estar disponível para consulta por intermédio de:

- Entidades tutelares da ADA – ME; DGESTE; ANQEP; IEFPP; DGERT
- Site da Escola <http://epm.ada-net.org>
- Site da ADA: <http://ada-net.org>
- Página da ADA no Facebook;
- Rádios locais e regionais;
- Placards e Outdoors;
- Folhetos Informativos;
- Flyer`s;
- Cartazes.

### Acompanhamento e Avaliação do Projeto Educativo

A Escola promove uma permanente autoavaliação da sua atividade com reflexos ao nível da melhoria contínua dos seus serviços e produtos. As ações corretivas e de melhoria contínua têm como objetivo a promoção da qualidade das intervenções, incluindo necessariamente a revisão de conteúdos, metodologias, instrumentos e composição das equipas, no sentido da sua constante atualização, de forma a permitir uma contínua adequação das suas intervenções aos objetivos propostos.

A avaliação do projeto educativo visa aferir o grau de concretização dos diferentes objetivos. Este processo será realizado por todos os intervenientes no processo educativo e coordenado pelo Diretor Pedagógico, que definirá os indicadores da avaliação e produzirá os instrumentos necessários.

Podemos considerar quatro momentos de avaliação:

- A final e global do Projeto, a realizar-se no final do período de vigência do mesmo;
- A avaliação intermédia dos resultados, no final de cada ano letivo, e que permite efetuar as necessárias correções antes de se proceder à elaboração do plano anual seguinte;
- A avaliação contínua a realizar ao longo de todo o processo de execução do projeto educativo e que permitirá que se efetuem reformulações e readaptações aos objetivos.

Os Instrumentos a utilizar serão:

- Relatórios das atividades previstas no Plano Anual da Escola, da responsabilidade dos diversos atores do projeto;
- Inquéritos muito simples dirigidos aos diversos intervenientes;
- Relatórios de avaliação intermédia (que incluem a avaliação dos planos anuais de atividade) da responsabilidade da Direção Pedagógica;
- Relatório final da responsabilidade da Direção Pedagógica;

## **Bibliografia:**

ADA, DIREÇÃO da; “Estatutos da ADA”; Publicação a 07 de Setembro de 1999; Revisão dos Estatutos em 2011.

ADA, DIREÇÃO da; “Plano Estratégico da Associação Diogo de Azambuja”; Publicação da ADA; Junho de 2002.

ADA, DIREÇÃO da; “Plano Estratégico e Identidade” Publicação da Direção Geral da ADA; Setembro de 2004.

ADA, DIREÇÃO da; “Plano de Atividades da ADA 2009-2010”; Dezembro de 2009.

ADA, DIREÇÃO da; “Relatório de Atividades Global de 2010”; Março de 2011.

CARNEIRO, Roberto; “Fundamentos da Educação e da Aprendizagem – 21 ensaios para o século 21”; Correção por Joaquim Azevedo; Edição Fundação Manuel Leão; Vila Nova de Gaia; Maio de 2003.

CABRAL, Francisco Sarsfield; “Reformar Portugal – 17 Estratégias de Mudança”; Artes Gráficas, Lda.; 2003.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; “Uma Educação Inclusiva – a partir da escola que temos”; Editorial do Ministério da Educação; Dezembro de 1999.

## **Webografia:**

[www.angep.gov.pt](http://www.angep.gov.pt)

[www.catalogo.angep.gov.pt](http://www.catalogo.angep.gov.pt)

[www.poph.qren.pt](http://www.poph.qren.pt)

[www.min-edu.pt](http://www.min-edu.pt)

[www.ada-net.org](http://www.ada-net.org)